



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/08/2015

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	2 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	4 - 6
2.2. JUÍZES.....	7 - 9

OBRA POÉTICA

João Santana registra sua própria história em livro

O desembargador João Santana, do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJMA), lança no próximo dia 20 (quinta-feira), às 19h, na Academia Maranhense de Letras, o livro *Menino Passari-nheiro*, composto de poesias que trazem o relato de particularidades da vida do magistrado, desde a sua infância.

Autor de diversas publicações na Revista da Escola Superior de Magistratu-

ra do Maranhão (Esmam), entre acórdãos e sentenças judiciais, o autor diz que a obra inaugura um momento novo, em que as lembranças do passado simples, vivido em terras maranhenses, tomam sentido significativo ao serem comparadas com as vivências experimentadas no momento presente da sua carreira.

O título tem ligação com as preferências do magistrado,

que se diz amante do canto dos pássaros e da natureza. A escolha é justificada na narrativa poética em que figuram lugares, histórias e pessoas que marcaram a vida de um menino pobre nascido no interior do Maranhão.

O livro traz, também, composições que traduzem a fé e o sentimento religioso do poeta, com uma linguagem regionalizada e repleta de humor.



»» CURRÍCULO

João Santana Sousa nasceu em 1º de novembro de 1946, em Queira-Deus, no município de Grajaú (MA). Graduiu-se em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis (Goiás), em 1977. Após exercer a advocacia até junho de 1978, em Anápolis, mudou-se para a cidade de Imperatriz, onde militou como advogado até dezembro de 1981, quando deixou a profissão para exercer a Magistratura ante a sua aprovação no Concurso Público de 1981. Na Justiça maranhense, atuou em diversas comarcas e já exerceu cargos importantes. Foi vice-diretor da Escola da Magistratura do Maranhão (Esmam), ex-diretor dos fóruns de São Luís e Imperatriz, juiz eleitoral e corregedor eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA).

EXECUÇÃO PENAL

Relator da ONU tem acesso a relatórios

São Luís foi uma das quatro capitais brasileiras que o relator da ONU esteve visitando, em busca de informações sobre tortura e outros tratamentos, além da realidade da Justiça Criminal

A presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Anildes Cruz, recebeu, na última quinta-feira (13), a visita do relator especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), Juan Méndez, que está em missão junto aos órgãos governamentais e não governamentais de quatro capitais brasileiras, em busca de informações sobre a realidade da Justiça Criminal e situações relacionadas a sua área de atuação.

Participaram do encontro os desembargadores Fróz Sobrinho, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização Carcerária (UMF), e Joaquim Figueiredo, presidente da 3ª Câmara Criminal; além dos juízes Ana Maria Vieira (1ª Vara de Execuções Penais de São Luís), Antonio Luís Almeida Silva, coordenador da Central de Inquéritos, e Artur Gustavo, diretor de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma).

Durante a reunião com o relator e equipe de assessores, os magistrados apresentaram um breve relato sobre a estrutura e o funcionamento da Justiça criminal no Maranhão e os resultados

dos projetos e programas desenvolvidos pelo Judiciário maranhense, nos últimos cinco anos, para garantir a efetividade da execução penal, que resultaram em maior celeridade na tramitação dos processos e na redução do número de presos nos presídios e delegacias do estado.

A presidente em exercício do TJMA entregou ao enviado especial da ONU relatórios contendo informações e dados referentes a dez ações desenvolvidas pelo Tribunal, individualmente ou em parceria institucional com os órgãos do sistema de Justiça. As ações contemplam as audiências de custódia, os mutirões permanentes de análise processual, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados-APAC, o Núcleo de Assistência ao preso (NAP), o Plano de Saúde Integral ao Preso, as penas alternativas e monitoramento eletrônico, a construção de unidades prisionais, transferência de presos da capital para o interior, instauração de procedimentos administrativos e aperfeiçoamento do sistema de execução penal.

A desembargadora avaliou a reunião como proveitosa para o Judiciário. "Podemos expor as providências tomadas e levar ao conhecimento da nação e do mundo - por meio da ONU-, o que está sendo feito pelo Judiciário mara-

nhense, no que tange às questões suscitadas pela comissão", disse.

Após a audiência, o relator especial da ONU manifestou a sua satisfação com a visita. Disse que as respostas dadas pelas autoridades judiciárias foram "ilustrativas" em relação aos questionamentos feitos e informou que o relatório preliminar da comissão será apresentado às autoridades do governo federal nesta sexta-feira, em Brasília, e, após, à imprensa. "O relatório definitivo da visita será informado em um ou dois meses", concluiu o relator.

DADOS

Dentre outros dados, o coordenador da UMF informou à comissão da ONU a realização de cinco mutirões carcerários nos presídios da capital, e a realização de 683 audiências de custódia pelos juízes, desde outubro do ano passado, que resultaram em 349 liberações (51,10%) e 334 prisões (48,90%). E, ainda, a notificação, em 2015, de 16 casos envolvendo tortura e maus tratos a presos, que estão sendo apurados pelas autoridades da Justiça.

Segundo o desembargador Fróz Sobrinho, a reunião foi positiva para o Poder Judiciário. "Nós demonstramos as ações realizadas e entregamos a documentação necessária à análise dessas

ações, focando em três pontos principais: os mutirões carcerários, as audiências de custódia e os casos de tortura identificados", explicou o coordenador da UMF. Os magistrados presentes responderam a diversos questionamentos feitos pelo relator e assessores sobre o funcionamento da Justiça criminal no estado e acerca de questões pontuais, envolvendo o tratamento dispensado aos presos e encaminhamento dos casos de denúncias de torturas e maus tratos.

O desembargador Joaquim Figueiredo enfatizou a iniciativa do Judiciário do Maranhão em realizar, em 2008, o primeiro mutirão interno para solucionar a superlotação carcerária com o auxílio de equipe multidisciplinar de atendimento ao preso, prática cujo mérito foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).



Magistrados fizeram um breve relato sobre a estrutura e o funcionamento da Justiça criminal no Maranhão



Pudemos expor as providências tomadas e levar ao conhecimento da nação e do mundo - por meio da ONU-, o que está sendo feito pelo Judiciário maranhense, no que tange às questões suscitadas pela comissão

desembargadora Anildes Cruz, presidente em exercício do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA)

>> Audiências de custódia

O juiz coordenador das audiências de custódia, Antonio Luis Almeida Silva, destacou o protagonismo da Justiça maranhense na apresentação – em 48 horas – dos presos autuados em flagrante delito ao juiz, como uma das medidas que estão sendo aplicadas para analisar, além da legalidade e aplicabilidade da prisão, a ocorrência de tortura ou maus-tratos ao preso. “Temos observado que (a partir do início das audiências de custódia) os inquéritos passaram a ser mais criteriosos com os autos de prisão em flagrante, pelo fato de que o juiz que irá analisar a prisão também será mais criterioso”, frisou o magistrado. Na avaliação do diretor da Amma, a visita do relator da ONU é digna de elogio pela importância do trabalho que realiza junto à Justiça. O juiz observou que o projeto de audiência de custódia foi o tema que mais despertou o interesse da comissão.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Crise sistêmica

As vozes indignadas que no último domingo se levantaram em protestos contra a corrupção e o desperdício de dinheiro público expressaram uma crise sistêmica no País. O sistema político, em sentido estrito, é o lado mais visível dessa crise, que expressa a decepção da população brasileira com a continuidade de atos ilícitos, onde um escândalo se sobrepõe a outro, dando a impressão de que a corrupção contamina os políticos indiscriminadamente.

Delineou-se no País um quadro de insatisfação que se projeta nas ruas. É o esgotamento do formato de política adotado, que leva a população a perder a crença no Brasil e em seus representantes.

A corrupção condena a população a viver dentro de limites medíocres. Cada episódio tem vida curta, pois logo é esquecido em função de uma nova denúncia de irregularidade que entra em cena. Os casos acentuam a indignação da sociedade, que encontra motivos para se decepcionar com os governantes.

Há um desencantamento com a política e com os políticos. A “crise da representação” é uma realidade. O déficit de democracia e de legitimidade das instituições políticas coloca em xeque a capacidade dos atuais representantes em absorver e compreender as novas dinâmicas sociais e políticas que se expressam nas ruas do País.

Por negligenciarem com o povo, nossos governantes estão sendo acordados por aqueles que não querem mais viver o pesadelo de manter financeiramente políticos que todos os dias dão demonstrações de desrespeito à cidadania brasileira, agindo à revelia dos interesses da população, a favor da qual tem a obrigação de trabalhar.

As manifestações em todo o país apontaram implacavelmente os erros cometidos na gestão dos recursos públicos, que resultaram na deterioração da saúde, educação, segurança pública e outras áreas importantes.

O sistema político, que no Brasil ainda está preso a um tempo pretérito, se afastou da sociedade civil que – além de ser obrigado a gastar alto percentual do que ganha com o seu trabalho para custear o que o Poder Público não consegue prover – tem ainda que se deparar com uma oferta de serviços ruins, de péssima qualidade, que pioram cada vez mais com a negligência dos políticos.

É um carnaval de abusos contra o cidadão. Basta uma rápida passada de olhos nas principais pesquisas de avaliação de serviços públicos para constatar a insatisfação generalizada da sociedade com os dispêndios exorbitantes e uma gestão pública desarumada.

O Brasil caminha às cegas. O caos que se instalou no país revela que planejamento, compromisso, honestidade, competência e responsabilidade com a coisa pública são qualidades que nossos governantes não demonstram possuir.

Há incerteza e imprecisão quanto ao futuro do Brasil. Demandas históricas não atendidas carecem de respostas mais amplas. Novas questões se impõem num cenário de conquistas sociais e políticas.

Temos um oceano de precariedade e informalidade. Com o quadro que se apresenta atualmente, nossa jovem democracia corre o risco de caducar precocemente, caso não tenhamos êxito em ressignificá-la e reaproximá-la da sociedade civil.

O modelo político adotado no país é falido e não vê o entorno. As opções governamentais não estão ligadas ao crescimento, mas sim a questões meramente políticas. Embora tentem dar a impressão de que mantêm contato com a realidade social, nossos políticos só enxergam eles mesmos e não observam a realidade fora do ciclo de poder.

Não sabemos para onde vamos, mas mesmo assim querem nos forçar a acreditar em informações repetidas de que a prosperidade está na próxima esquina, mesmo com a saúde e a educação sucateadas, com o desemprego, com as desigualdades e a desnacionalização da economia, por conta de uma política econômica perversa.

Essa fábrica de miséria vem esmagando o povo brasileiro com bolsa-família, bolsa-escola e outros projetos com fins eleitoreiros, que não se materializam na mesa dos carentes em forma de comida ou outro benefício, servindo apenas para ajudar políticos nas campanhas eleitorais.

E lamentável que o país tenha um terço da população levada à condição de órfãos da assistência pública, quando a dependência criada por políticas governamentais demagógicas se converte numa poderosa ferramenta política, que reduz milhões de pessoas a meros recebedores de migalhas oficiais. É vergonhoso para dizer o mínimo.

Os governantes ganham com a miséria, que sempre funcionou como a matéria prima de um ciclo vicioso que amamenta políticos fisiológicos. É por isso que a miséria prospera no Brasil.

Governar não é só exercer o poder. É também ter um fundamento das ações na consciência e na esperança dos cidadãos, que não se conformam com as injustiças, que não querem mais continuar à margem do processo político, por se sentirem perfeitamente capazes de exercerem sua cidadania, fazendo prevalecer o espírito republicano e democrático, voltado para a supremacia do bem comum, que deve orientar todas as ações em uma verdadeira democracia.

Ideia equivocada (1)

Refutar a ideia de que a população foi protestar nas ruas em função da mídia ou de qualquer tipo de conspiração é o primeiro passo para não cair em um erro elementar que seria bloquear qualquer possibilidade de diálogo com esses novos movimentos que mostram insatisfação com o Governo...

Ideia equivocada (2)

...Os governantes devem extrair das manifestações elementos que reforcem a capacidade de ouvir as vozes que sempre buscaram silenciar. É uma oportunidade singular para renovar as práticas e analisar os desdobramentos das manifestações no núcleo do Governo, que tem que oferecer solução para os problemas da população.

Fátima Vieira ganha apoios para pôr em ordem a Prefeitura de Pedreiras

A ex-deputada Fátima Vieira, que assumiu a Prefeitura de Pedreiras no dia 3 de agosto passado, vem ganhando diversas manifestações de apoio de diversos setores da classe política e de movimentos sociais, para continuar com o trabalho de resgate da dignidade dos serviços públicos do Município.

Ela tomou posse no cargo por força de decisão da Justiça, que a pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA), determinou o afastamento liminar do prefeito Francisco Antonio Fernandes da Silva, mais conhecido como "Totonho Chicote", por 180 dias, devido a irregularidades em processos licitatórios realizados pela Prefeitura.

Fátima Vieira disse ao Jornal Pequeno que, ao assumir, encontrou uma série de graves problemas, entre eles a falta de comida para os doentes internados, a falta de medicamentos no hospital municipal e a falta de combustível para as ambulâncias.

Ela determinou a realização de auditoria na Prefeitura, mas o então chefe do setor de Licitação não forneceu os processos licitatórios e fechou a sala de acesso com cadeados. Foi necessário o arrombamento das portas da sala, com fato registrado na Polícia, mediante boletim de ocorrência.

A prefeita impetrou na Justiça ação de busca e apreensão para reaver todos os documentos relacionados a processos licitatórios ainda em andamento. Por não ter encontrado os processos licitatórios, a prefeita baixou um decreto emergencial de calamidade administrativa, para por em andamento os serviços essenciais do Mu-

nício e para pagar o salário em atraso dos servidores.

Fátima Vieira determinou também uma auditoria na folha de pagamento, em razão da denúncia da existência de 'funcionários fantasmas' em secretarias municipais. De igual modo, mandou investigar denúncia de superfaturamento em obras contratadas pela Prefeitura.

Vereadores do município dizem que a prefeita Fátima Vieira está tendo grande apoio da população, que estava revoltada com os desmandos do prefeito Totonho Chicote. E hoje ela conta com o apoio das Igrejas e da sociedade civil organizada, através de movimentos como o Fórum de Redes. Há ainda uma forte articulação na Câmara Municipal, onde alguns vereadores se movimentam no sentido de formular pedido de cassação do mandato do prefeito. Eles alegam que a pressão da população é para Totonho Chicote seja afastado definitivamente do cargo.

Vereadores informaram ao Jornal Pequeno que o prefeito afastado vem buscando a todo custo voltar ao cargo, revertendo a decisão judicial, mas a população acredita na Justiça e espera que ele continue afastado. Segundo um dos vereadores, Totonho Chicote já ingressou com vários recursos juntos ao Tribunal de Justiça do Estado, mas já perdeu dois recursos, e está aguardando o julgamento do terceiro.

"A população acredita na Justiça e espera agora o afastamento definitivo de Totonho Chicote", afirmou um dos vereadores. Segundo ele, apesar do pouco tempo a população demonstra está satis-

feita e reconhece o esforço de Fátima Vieira para colocar a casa em ordem.

Resultado de Ação Civil Pública (ACP) por Ato de Improbidade Administrativa, ajuizada, em fevereiro deste ano, pela titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Pedreiras, Sandra Soares de Pontes, a decisão determinou ao presidente da Câmara Municipal, Robson Rios Portela, a convocação de sessão solene extraordinária que deu posse à vice-prefeita, Maria de Fátima Vieira Lins de Oliveira Lima.

A determinação judicial, proferida pelo juiz Marco Adriano Ramos Fonseca, da 1ª Vara de Pedreiras, abrange ainda a indisponibilidade e bloqueio dos bens de quatro empresas acusadas de ilegalidades nos processos licitatórios. A denúncia do Movimento

de Fóruns e Redes de Cidadania do Maranhão, encaminhada ao MPMA, em junho de 2014, motivou a abertura de Inquérito Civil Público, marcando o início das investigações. Em seguida, várias testemunhas foram ouvidas e a Assessoria Técnica da Procuradoria Geral de Justiça realizou perícia contábil nos documentos relacionados às contratações.

Assim, a 1ª Promotoria de Justiça identificou as empresas junto às quais a Prefeitura de Pedreiras teria realizado compras de forma irregular, sem licitação ou pagando valores superfaturados. A Justiça já havia determinado, liminarmente, em maio deste ano, a indisponibilidade dos bens de Francisco Antonio da Silva até o limite de R\$ 4.876.923,90. A decisão incluía contas bancárias, imóveis e automóveis do gestor.



Fátima Vieira diz que trabalha de forma intensa para regularizar serviços públicos na cidade de Pedreiras

COROATÁ

Justiça concede liberdade provisória com uso de tornozeleira a preso

Em audiência de instrução realizada na quinta-feira (13), pela 1ª Vara da Comarca de Coroatá, a juíza Josane Araújo Farias Braga, titular da unidade, revogou a prisão preventiva e concedeu liberdade provisória a Cláudio dos Santos Cabral, acusado de tráfico de drogas. Entre as condições para a concessão do benefício, o uso de tornozeleira eletrônica.

A decisão da magistrada tem por base o excesso de prazo em que o acusado se encontra preso – um ano e dois meses – sem a conclusão da instrução criminal, “em que pese as providências deste Juízo, objetivando a rápida conclusão do processo, inclusive pelo não comparecimento, nesta data, dos policiais civis arrolados na acusação para deporem em Juízo”.

Nas palavras de Josane Braga, apesar de o acusado ter antecedentes maculados, com a possibilidade do monitoramento eletrônico não será prejudicada a aplicação da Lei Penal e a garantia da ordem pública”.

Além do uso da tornozeleira, o acusado deve respeitar, entre outras condições estabelecidas para a concessão da liberdade provisória, a de não ausentar-se da comarca sem autorização prévia do Juízo; comparecer mensalmente à SEJUD para justificar suas atividades; recolher-se a sua (dele) até as 20h e não freqüentar estabelecimento propício ao consumo de bebidas alcoólicas.

Consta da ata da audiência a determinação da juíza para que seja expedido ofício ao delegado local “solicitando informações acerca dos motivos do não comparecimento dos policiais lotados no DEPOL para a audiência, bem como às audiências não realizadas anteriormente”. O prazo para o cumprimento da solicitação é de 72 horas.